

# Fique Seguro.

A gente está com você.

2020



## Demonstrações Financeiras 2020

# BRASILSEG

## Relatório da Administração

### SOBRE A BRASILSEG

A Brasilseg é um grupo empresarial brasileiro que atua no mercado de seguros de varejo. É líder nos segmentos em que atua, composto das carteiras de Pessoas (Vida e Prestamista), Agronegócios e Massificados (Residenciais e Empresariais), e consolida sua relevância ao responder por 17,08% de participação de mercado.

Com sede em São Paulo (SP) e uma Central de Relacionamento e Negócios em Franca (SP), a empresa também possui uma equipe comercial distribuída em todo o Brasil. A companhia conta com aproximadamente 1.900 colaboradores, todos dedicados a cuidar de pessoas e proteger o que é valioso para elas. A Brasilseg obteve o reconhecimento de Melhores Empresas para se Trabalhar, do Great Place To Work (GPTW).

Com produtos comercializados principalmente nas agências do Banco do Brasil e em seus canais digitais, a companhia está presente em 65.491 pontos de atendimento, em todo o território nacional. O Grupo Brasilseg, composto pelas seguradoras Brasilseg Companhia de Seguros e Aliança do Brasil Seguros S.A., subsidiárias integrais da holding BB MAPFRE Participações S.A., faz parte do conglomerado da BB Seguros, holding que concentra os negócios de seguridade do Banco do Brasil.

### RESULTADOS

Em 2020, a Brasilseg emitiu R\$ 10,39 bilhões em prêmios, um aumento de 15,47% em relação ao ano anterior. A boa performance foi impulsionada pelos segmentos de seguros de pessoas e de agronegócio, com crescimento de 12,32% e 22,65%, respectivamente.

Além da manutenção da liderança de mercado nos ramos em que atua, tal desempenho permitiu à companhia manter, também, a posição de destaque em suas principais linhas de negócios: a companhia segue líder absoluta em seguros para o agronegócio, com 57,08% do mercado; e divide a liderança dos seguros de pessoas, com participação de 14,82%.

Em 2020, o lucro líquido da seguradora atingiu R\$ 1,47 bilhão, um aumento de 1,28% em relação a 2019, valores representativos no resultado da holding BB Seguros.

Mesmo em meio a um cenário de pandemia, estes são resultados que demonstram a solidez do negócio e o foco da administração na geração de valor aos acionistas.

### CLIENTES

Em um ano atípico e desafiador como 2020, a Brasilseg não poupou investimentos em inovação e transformação digital para oferecer os melhores produtos e serviços para seus clientes, e construir uma relação próxima com respostas mais ágeis. Para atender às expectativas dos clientes em relação à experiência com a marca, a empresa apostou em tecnologias e inovações, entre elas: a Central de Seguros, disponível dentro do aplicativo do Banco do Brasil, serviço que oferece autonomia, agilidade e conveniência e o Sensoriamento Remoto, serviço de monitoramento que disponibiliza informações importantes para uma gestão mais eficiente da lavoura.

A ambição da Brasilseg é continuar com seu crescimento sustentável, disponibilizando todos os seus serviços em canais digitais, aumento da automação nas esteiras de regulação de sinistro e solicitação de assistência visando a satisfação do cliente e a excelência operacional da empresa. Na linha de produtos continuaremos com o foco no aprimoramento contínuo do nosso portfólio, buscando benefícios e serviços que reflitam o propósito da companhia de cuidar de pessoas e proteger o que é valioso para elas.

### SUSTENTABILIDADE E GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Brasilseg é certificada pela ISO 14001, que especifica os requisitos para a implementação de um sistema de gestão ambiental nos seus negócios, produtos e serviços. Para promover a conscientização ambiental e o cumprimento da norma ISO 14001, mais de 2.000 colaboradores e prestadores de serviços foram treinados dentro das exigências do Sistema de Gestão Ambiental, com as Diretrizes de Meio Ambiente.

A companhia é signatária dos Princípios para Sustentabilidade em Seguros (PSI), e também do Pacto Global, iniciativa da ONU para engajar empresas e organizações na adoção dos princípios universais de Direitos Humanos, Meio Ambiente e Combate à Corrupção. É reconhecida uma das seguradoras mais sustentáveis pelo Guia Exame de Sustentabilidade 2019. A Brasilseg aderiu ao Programa GHG Protocol, possibilitando o Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa e compensação de 1.043 toneladas de CO2 por meio do Programa Amigo do Clima. Além disso, em 2020 publicou seu primeiro Relatório de Sustentabilidade, seguindo as diretrizes da GRI (Global Reporting Initiative) - metodologia mundial mais utilizada.

A Brasilseg organiza e promove atividades que envolvem seus colaboradores em favor da comunidade. Todas as ações de voluntariado estão alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Também patrocina projetos nas áreas de cultura, educação, esporte e saúde, com prioridade para projetos gratuitos que contribuam para incentivar o crescimento sociocultural do país. Em 2020 foram patrocinados 30 projetos de 29 instituições em todo o Brasil, beneficiando mais de 330 mil pessoas.

Observando as boas práticas de Governança Corporativa, a estrutura da Brasilseg tem como premissas o comprometimento com a transparência, a prestação de contas, a equidade e a responsabilidade socioambiental, alinhando a gestão da organização aos interesses dos acionistas e da sociedade.

A empresa possui um Código de Ética e Conduta que dispõe sobre os padrões de comportamento e orientações de atuação para seus colaboradores e fornecedores no relacionamento interno e externo. O Código prevê, entre outros temas, a disponibilização do canal de denúncias, para acolher opiniões, críticas, reclamações e denúncias, contribuindo para inibir o uso de informações privilegiadas e combater fraudes e atos de corrupção, o que reforça o comprometimento de todos com a companhia.

### AGRADECIMENTOS

Em um ano de transformações, com foco no relacionamento com o cliente em todas as etapas de sua jornada, a administração da Brasilseg agradece a todos que permitiram que esses avanços acontecessem, em especial aos acionistas, pela confiança na gestão e na estratégia de negócios; aos colaboradores, que são nosso maior orgulho e os principais responsáveis pelo crescimento da organização; à rede do Banco do Brasil, uma parceria fundamental para a distribuição de nosso portfólio e para o contato com segurados; aos clientes, nossa razão de existir; e às entidades ligadas às suas atividades, principalmente à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pela renovada crença depositada; à sociedade e à comunidade financeira.

# Fique Seguro.

A gente está com você.



Brasilseg Companhia de Seguros  
CNPJ 28.196.889/0001-43

## Demonstrações Financeiras 2020

BRASILSEG

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

#### Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas, as Demonstrações Financeiras da Brasilseg Companhia de Seguros, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer dos Atuários Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.

Durante o ano a Companhia estabeleceu acompanhamento tempestivo dos efeitos da pandemia da COVID-19 nos negócios, de maneira a resguardar a gestão de forma prudencial, contínua e proativa, visando mitigar riscos e eventuais impactos relevantes em capital e liquidez da Companhia. O desempenho da Brasilseg foi impactado em 2020 no montante de R\$ 182,5 milhões. A administração relacionados a COVID-19, substancialmente relativos às operações de Vida e Prestamista. De sinistros relacionados a gravidade do momento e pretende manter o acompanhamento enquanto perdurar a atual conjuntura.

A Brasilseg Companhia de Seguros atua nos segmentos de seguros de pessoas, habitacionais e rurais, em todas as suas formas, e participa do Convênio DPVAT da Seguradora Líder.

#### Prêmios emitidos

Em 2020, a Companhia apresentou prêmios emitidos de R\$ 9.713,6 milhões, crescimento de 14,9% em relação ao exercício anterior.

Esse desempenho foi impulsionado, principalmente, pelo crescimento do segmento de agronegócios e da carteira de prestamista, que cresceram 20,4% e 21,8%, respectivamente, em comparação ao exercício de 2019.

A Companhia manteve a liderança no segmento de agronegócios, com 56,1% do mercado e ganhou uma posição em Seguro de Pessoas, conquistando a 2ª colocação no ranking, com 12,7% de participação (Fonte SUSEP - dados disponíveis até novembro de 2020).

#### Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou R\$ 273,0 milhões, com redução de 22,5% em relação ao ano anterior. A variação no resultado foi causada pela queda da taxa SELIC média no período sendo de 2,75% contra 5,92% no exercício anterior, parcialmente mitigado pelo aumento das posições em títulos públicos prefixados. A negociação de títulos públicos resultou em um ganho adicional de R\$ 53,2 milhões, contra o ganho de R\$ 50,6 milhões no exercício anterior.

Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações subsequentes, a Companhia declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 754,0 milhões e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifestou a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos.

#### Índice combinado

O índice combinado no exercício de 2020 foi de 80,2%, com aumento de 1,8 p.p. em relação ao ano anterior. Desconsiderando o impacto dos sinistros relacionados a COVID-19, no valor de R\$ 182,5 milhões, substancialmente relativos às operações de Vida e Prestamista, o referido índice seria de 78,0% representando redução de 0,4 p.p. em relação a 2019.

#### Lucro líquido e por ação

A Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 1.429,6 milhões, aumento de 2,1% em relação ao ano anterior. O lucro líquido por ação foi de R\$ 2.045,90 no exercício de 2020, ante R\$ 2.003,20 no exercício anterior.

#### Investimentos e novos negócios

A Companhia fez investimentos no exercício de 2020 no montante de R\$ 76,0 milhões, destinados, basicamente, à aquisição de sistemas de informática.

#### Distribuição de dividendos

A política de dividendos é orientada pelos seguintes princípios:

- cumprimento das previsões estatutárias relativas ao dividendo mínimo obrigatório, no percentual de 25% do lucro líquido, observadas as disposições do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- prioridade para a distribuição de juros sobre capital próprio, até o limite por exercício previsto em Lei e limitado a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido da Companhia a ser distribuído, sendo que após atingir o referido limite, a distribuição deverá ser feita sob a forma de dividendos;
- obrigatoriedade de distribuição de juros sobre capital próprio e/ou dividendos, sempre que os resultados e legislação permitirem; e
- distribuição à Acionistas, via dividendos ou juros sobre capital próprio, dos recursos próprios excedentes que não sejam razoavelmente necessários para novos projetos, evitando o acúmulo de fundos próprios ociosos, sem prejuízo da manutenção do nível de solvência de acordo com o parâmetro mínimo de solvência na Companhia.

Em 2020 foi deliberada pela Diretoria, conforme delegação de alçada da Assembleia Geral de 23 de dezembro de 2015, a distribuição de lucros no total de R\$ 1.085,2 milhões na forma de dividendos, em reuniões realizadas em 17 de janeiro, 19 de fevereiro, 18 de março, 16 de abril, 20 de maio, 17 de junho, 15 de julho, 19 de agosto, 16 de setembro, 16 de outubro, 18 de novembro e 16 de dezembro de 2020.

Conforme previsto no Estatuto da Brasilseg Companhia de Seguros, uma parcela de seu lucro, por proposta dos órgãos da administração, aprovada pela Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação de Reserva de Investimentos, que tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Companhia, o aumento de capital nas sociedades das quais participa como acionista, a aquisição de sociedades congêneres e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações.

São Paulo, 05 de fevereiro de 2021.

#### A Administração

### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

#### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	2020	2019
Prêmios emitidos	9.713.630	8.450.430
(-) Variações de provisões técnicas de prêmios	(1.379.433)	(935.046)
<b>(=) Prêmios ganhos</b>	<b>8.334.197</b>	<b>7.515.384</b>
(-) Sinistros ocorridos	25c (2.956.851)	(2.778.411)
<b>(=) Custos de aquisição</b>	<b>25d (2.765.697)</b>	<b>(2.502.017)</b>
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	25e (250.005)	(302.056)
(+/-) Resultado com operações de resseguro	25f 7.976	348.288
(+) Receita com resseguro	867.866	1.036.072
(-) Despesa com resseguro	(859.890)	(687.784)
(-) Despesas administrativas	25g (422.682)	(402.445)
(-) Despesas com tributos	25h (281.302)	(240.094)
(+) Resultado financeiro	25i 273.046	352.287
(+) Resultado patrimonial	2.040	875
<b>(=) Resultado operacional</b>	<b>1.940.722</b>	<b>1.991.811</b>
(+/-) Ganhos ou perdas com ativos não correntes	14 (4.592)	–
<b>(=) Resultado antes dos impostos e participações</b>	<b>1.940.736</b>	<b>1.997.219</b>
(-) Imposto de renda	26a (201.533)	(271.748)
(-) Contribuição social	26a (289.331)	(295.783)
(-) Participações sobre o resultado	(20.274)	(19.923)
<b>(=) Lucro líquido do exercício</b>	<b>1.429.598</b>	<b>1.399.765</b>
(/) Quantidade de ações	24a 698.763	698.763
(=) Lucro líquido por ação	2.045,90	2.003,20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

#### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	1.429.598	1.399.765
Outros resultados abrangentes	(15.145)	(7.743)
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(25.242)	(12.905)
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	10.997	5.162
<b>Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos</b>	<b>1.414.453</b>	<b>1.392.022</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

#### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	2020	2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	1.429.598	1.399.765
<b>Ajustes para:</b>	<b>3.828.373</b>	<b>3.379.710</b>
Depreciação e amortizações	(381.573)	(411.302)
Variação dos custos de aquisição diferidos	(491.978)	(368.424)
Ativo e passivo fiscal diferido	(6.877)	(18.374)
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	916	660
Variações das provisões técnicas - seguros (nota 19)	4.289.552	3.722.313
Ganhos ou perdas	(14)	4.592
Juros pagos sobre arrendamento	(1.698)	(2.668)
Outros ajustes	(101)	309
<b>Variação nas contas patrimoniais:</b>	<b>(3.449.837)</b>	<b>(2.443.659)</b>
Aplicações	(445.036)	(586.001)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(1.618.488)	(206.269)
Ativos de resseguro e retrocessão	(154.775)	37.381
Créditos tributários e previdenciários	3.209	(3.174)
Despesas antecipadas	3.567	2.960
Outros ativos	(97.143)	(33.841)
Depósitos judiciais e fiscais	12.103	62.562
Impostos e contribuições	494.353	575.683
Obrigações a pagar	21.173	29.659
Débitos de operações com seguros e resseguros	968.500	373.746
Depósitos de terceiros	(598)	(11.057)
Provisões técnicas - seguros (nota 19)	(2.642.018)	(2.701.845)
Provisões judiciais	(3.276)	13.446
Outros passivos	8.592	3.091
<b>Caixa gerado pelas operações</b>	<b>1.808.134</b>	<b>2.335.816</b>
Imposto de renda sobre o lucro - pago	(211.107)	(349.866)
Contribuição social sobre o lucro - pago	(432.176)	(397.228)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>1.164.851</b>	<b>1.588.722</b>

	2020	2019
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela venda:	559	3.198
Imobilizado	559	2.989
Intangível	–	209
<b>Pagamento pela compra:</b>	<b>(75.762)</b>	<b>(45.735)</b>
Imobilizado	(7.638)	(12.611)
Intangível	(68.124)	(33.124)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>	<b>(75.203)</b>	<b>(42.537)</b>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de dividendos	(1.085.200)	(1.562.900)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento</b>	<b>(1.085.200)</b>	<b>(1.562.900)</b>
<b>Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>4.448</b>	<b>(16.715)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>1.592</b>	<b>18.307</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>6.040</b>	<b>1.592</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2020	2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	1.429.598	1.399.765
<b>Ajustes para:</b>	<b>3.828.373</b>	<b>3.379.710</b>
Depreciação e amortizações	(381.573)	(411.302)
Variação dos custos de aquisição diferidos	(491.978)	(368.424)
Ativo e passivo fiscal diferido	(6.877)	(18.374)
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	916	660
Variações das provisões técnicas - seguros (nota 19)	4.289.552	3.722.313
Ganhos ou perdas	(14)	4.592
Juros pagos sobre arrendamento	(1.698)	(2.668)
Outros ajustes	(101)	309
<b>Variação nas contas patrimoniais:</b>	<b>(3.449.837)</b>	<b>(2.443.659)</b>
Aplicações	(445.036)	(586.001)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(1.618.488)	(206.269)
Ativos de resseguro e retrocessão	(154.775)	37.381
Créditos tributários e previdenciários	3.209	(3.174)
Despesas antecipadas	3.567	2.960
Outros ativos	(97.143)	(33.841)
Depósitos judiciais e fiscais	12.103	62.562
Impostos e contribuições	494.353	575.683
Obrigações a pagar	21.173	29.659
Débitos de operações com seguros e resseguros	968.500	373.746
Depósitos de terceiros	(598)	(11.057)
Provisões técnicas - seguros (nota 19)	(2.642.018)	(2.701.845)
Provisões judiciais	(3.276)	13.446
Outros passivos	8.592	3.091
<b>Caixa gerado pelas operações</b>	<b>1.808.134</b>	<b>2.335.816</b>
Imposto de renda sobre o lucro - pago	(211.107)	(349.866)
Contribuição social sobre o lucro - pago	(432.176)	(397.228)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>1.164.851</b>	<b>1.588.722</b>

	2020	2019
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela venda:	559	3.198
Imobilizado	559	2.989
Intangível	–	209
<b>Pagamento pela compra:</b>	<b>(75.762)</b>	<b>(45.735)</b>
Imobilizado	(7.638)	(12.611)
Intangível	(68.124)	(33.124)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>	<b>(75.203)</b>	<b>(42.537)</b>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de dividendos	(1.085.200)	(1.562.900)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento</b>	<b>(1.085.200)</b>	<b>(1.562.900)</b>
<b>Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>4.448</b>	<b>(16.715)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>1.592</b>	<b>18.307</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>6.040</b>	<b>1.592</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2020	2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	1.429.598	1.399.765
<b>Ajustes para:</b>	<b>3.828.373</b>	<b>3.379.710</b>
Depreciação e amortizações	(381.573)	(411.302)
Variação dos custos de aquisição diferidos	(491.978)	(368.424)
Ativo e passivo fiscal diferido	(6.877)	(18.374)
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	916	660
Variações das provisões técnicas - seguros (nota 19)	4.289.552	3.722.313
Ganhos ou perdas	(14)	4.592
Juros pagos sobre arrendamento	(1.698)	(2.668)
Outros ajustes	(101)	309
<b>Variação nas contas patrimoniais:</b>	<b>(3.449.837)</b>	<b>(2.443.659)</b>
Aplicações	(445.036)	(586.001)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(1.618.488)	(206.269)
Ativos de resseguro e retrocessão	(154.775)	37.381
Créditos tributários e previdenciários	3.209	(3.174)
Despesas antecipadas	3.567	2.960
Outros ativos	(97.143)	(33.841)
Depósitos judiciais e fiscais	12.103	62.562
Impostos e contribuições	494.353	575.683
Obrigações a pagar	21.173	29.659
Débitos de operações com seguros e resseguros	968.500	373.746
Depósitos de terceiros	(598)	(11.057)
Provisões técnicas - seguros (nota 19)	(2.642.018)	(2.701.845)
Provisões judiciais	(3.276)	13.446
Outros passivos	8.592	3.091
<b>Caixa gerado pelas operações</b>	<b>1.808.134</b>	<b>2.335.816</b>
Imposto de renda sobre o lucro - pago	(211.107)	(349.866)
Contribuição social sobre o lucro - pago	(432.176)	(397.228)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>1.164.851</b>	<b>1.588.722</b>

	2020	2019
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela venda:	559	3.198
Imobilizado	559	2.989
Intangível	–	209
<b>Pagamento pela compra:</b>	<b>(75.762)</b>	<b>(45.735)</b>
Imobilizado	(7.638)	(12.611)
Intangível	(68.124)	(33.124)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>	<b>(75.203)</b>	<b>(42.537)</b>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de dividendos	(1.085.200)	(1.562.900)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento</b>	<b>(1.085.200)</b>	<b>(1.562.900)</b>
<b>Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>4.448</b>	<b>(16.715)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>1.592</b>	<b>18.307</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>6.040</b>	<b>1.592</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	2020	2019
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>	<b>7.014.657</b>	<b>7.538.720</b>
<b>Disponível</b>	<b>5.502</b>	<b>887</b>
Caixa e bancos	5.502	887
<b>Equivalentes de caixa</b>	<b>5</b>	<b>705</b>
<b>Aplicações</b>	<b>6 2.960.675</b>	<b>4.181.720</b>
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>	<b>1.894.356</b>	<b>1.607.724</b>
Prêmios a receber	8 1.851.177	1.512.014
Operações com seguradoras	1.501	–
Operações com resseguradoras	9a 41.678	95.710
<b>Outros créditos operacionais</b>	<b>10 162.944</b>	<b>63.835</b>
<b>Ativos de resseguro e retrocessão</b>	<b>9a 720.679</b>	<b>580.126</b>
<b>Títulos e créditos a receber</b>	<b>78.145</b>	<b>83.064</b>
Títulos e créditos a receber	11a 5.414	5.214
Créditos tributários e previdenciários	26b 52.672	55.881
Outros créditos	11b 20.059	21.969
<b>Outros valores e bens</b>	<b>180</b>	<b>534</b>
Bens a venda	26 377	559
Outros valores	154	157
<b>Despesas antecipadas</b>	<b>6.552</b>	<b>8.421</b>
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	<b>19 1.185.086</b>	<b>1.011.704</b>
Seguros	1.185.086	1.011.704
<b>Ativo não circulante</b>	<b>8.905.593</b>	<b>5.559.282</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>8.700.030</b>	<b>5.390.562</b>
<b>Aplicações</b>	<b>6 3.784.285</b>	<b>2.133.503</b>
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>	<b>2.395.075</b>	<b>1.003.981</b>
Prêmios a receber	8 2.395.075	1.003.981
<b>Ativos de resseguro e retrocessão</b>	<b>9a 108.134</b>	<b>93.912</b>
<b>Títulos e créditos a receber</b>	<b>985.573</b>	<b>990.799</b>
Créditos tributários e previdenciários	26b 175.501	168.624
Depósitos judiciais e fiscais	23 810.072	822.175
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	<b>19 1.486.963</b>	<b>1.168.367</b>
Seguros	1.486.963	1.168.367
<b>Investimento</b>	<b>994</b>	<b>896</b>
Participações societárias	994	896
<b>Imobilizado</b>	<b>12 49.110</b>	<b>53.413</b>
Bens móveis	28.952	30.696
Outras imobilizações	20.158	22.717
<b>Intangível</b>	<b>13 155.459</b>	<b>114.411</b>
Outros intangíveis	155.459	114.411
<b>Total do ativo</b>	<b>15.920.250</b>	<b>13.098.002</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>	<b>8.549.722</b>	<b>6.846.904</b>
<b>Contas a pagar</b>	<b>250.282</b>	<b>369.447</b>
Obrigações a pagar	14 133.290	112.117
Impostos e encargos sociais a recolher	24 24.248	17.489
Encargos trabalhistas	14 14.665	12.832
Impostos e contribuições	15 78.079	227.009
<b>Débitos de operações com seguros e resseguros</b>		



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)**

mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38. O CPC 48 (IFRS 9) entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, todavia as alterações à IFRS 4, emitidas em setembro de 2016, pelo IASB, permitem para as entidades que atendam determinados critérios, aplicar isenção temporária à IFRS 9 (CPC 48), de forma que a entidade mantenha a aplicação do IAS 39 (CPC 38) para os períodos anuais até 31 de dezembro de 2021. Tal tratativa foi divulgada pelo CPC por meio do Pronunciamento Revisão CPC nº 12 emitida em 21 de dezembro de 2017. A Administração concluiu que suas atividades estão predominantemente relacionadas com seguro, considerando a data das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 e o conceito de predominância, tal como requerido pelas normas citadas no parágrafo anterior. Durante os períodos de 2016, 2017, 2018 e 2019, essa predominância em atividades de seguros foi mantida, e, em decorrência, os critérios de elegibilidade e isenção temporária foram cumpridos. Diante disso, a Companhia optou pela isenção temporária da IFRS 9 (CPC 48) e continua a aplicar o IAS 39 (CPC 38) até a data efetiva da IFRS 17. **CPC 06 (RZ) (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil:** O CPC 06 (RZ) (IFRS 16) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. O novo pronunciamento altera de maneira mais substancial a contabilidade das entidades arrendatárias. O CPC 06 (RZ) (IFRS) entrou em vigor para períodos anuais com início em 01 de janeiro de 2019. A referida norma foi referendada pela SUSEP e entrará em vigor a partir de 04 de janeiro de 2021. Foram analisados os contratos de arrendamento mercantil existentes na Companhia e concluiu-se que não são esperados impactos significativos advindos da adoção da norma. **IFRS 17 - Contratos de seguros:** A IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. A IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2023. Os normativos, CPC 48 (IFRS 9) e IFRS 17, serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor das normas.

**3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias, com risco insignificante de perda de seu valor justo e que não estejam vinculados com garantias das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **b) Aplicações e instrumentos financeiros:** A classificação dentro das categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: **i. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do período. **ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. **iii. Ativos financeiros disponíveis para venda:** Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. **iv. Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Crédito das operações com seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. **v. Determinação do valor justo:** Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 6c. **c) Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsas, Balcão. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do período e estão classificadas nas categorias ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado. **d) Redução ao valor recuperável:** **i. Ativos financeiros:** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, recuperação judicial ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas na reversão e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica recuperação da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. **ii. Operações de seguros e resseguros:** A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável (RVN), conforme determina a Circular SUSEP nº 544/2016 artigo 6º incisos 3º e 7º e artigo 7º, baseada em estudo técnico, que considera o histórico de perdas e os riscos de inadimplência segregados por faixas de vencimento. O percentual de RVR por *aging* é calculado por meio da soma dos percentuais de inadimplência com os percentuais de cancelamento. A aplicação desse fator é feita nos agings de prêmios vencidos e, conforme orientação da SUSEP na Circular nº 544/2016, a metodologia faz tratamento para as parcelas vincendas de um devedor em atraso (arrasto). Vale ressaltar que o estudo acima mencionado não se aplica para as operações de coseguro aceito e, sendo assim, "a RVR" para esses riscos é calculada seguindo a Circular SUSEP. A redução ao valor recuperável (RVN) sobre os créditos a recuperar com resseguradores é baseada na Circular SUSEP nº 544/2016 artigo 6º, que considera o total dos créditos vencidos superiores a 180 dias. **iii. Ativos não financeiros:** Os valores dos ativos não financeiros são revisados, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do período em que ocorreu o evento de perda. **e) Custos de aquisição diferidos:** É composto substancialmente por valores referentes a comissões, agenciamentos relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo método "pro rata-die" tomando-se como base as datas de início e fim de vigência do risco segurado, com prazo médio de diferimento de 11 meses. **f) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos bens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A Companhia mantém contratos de arrendamento mercantil financeiro relacionados a equipamentos de informática e mobiliário com diversas empresas, com prazos de 36 e 60 meses. A depreciação do ativo imobilizado é calculada seguindo o método linear considerando os prazos divulgados na nota explicativa nº 12. **g) Ativos intangíveis:** Compreende, basicamente, os gastos com projetos relacionados ao desenvolvimento de sistemas, quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica, apresentadas na nota explicativa nº 13. As despesas relacionadas à manutenção de "softwares" são reconhecidas no resultado no período quando incorridas. **h) Classificação dos contratos de seguros:** A Companhia classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa. **i) Mensuração do contrato de seguros:** Os prêmios de seguros e os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos. As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição diferidos, relativos aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidos ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. Os juros cobrados sobre o pagamento de prêmios de seguros são apropriados como "Receitas financeiras" em base "pro rata-die" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. **j) Resseguro:** Resseguro é operação pela qual o segurador transfere a outrem, total ou parcialmente, um risco assumido. Nessa operação a Companhia objetiva mitigar suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso e cede a um ressegurador uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa equilibrar e dar solvência aos seguradores por meio da diluição dos riscos, garantindo assim o pagamento das indenizações aos segurados. Os prêmios de resseguros relativos aos contratos da modalidade "proporcional" são registrados ao resultado simultaneamente aos respectivos prêmios de seguros, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência das apólices de seguros. Os prêmios relativos aos contratos da modalidade "não proporcional" são registrados ao resultado no início de vigência do contrato de resseguro, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência do contrato de resseguro. As baixas das operações de resseguro mantidas com os resseguradores, são contabilizadas com base em prestações de contas nos contratos automáticos da modalidade "proporcional" e caso a caso nos contratos facultativos e nos contratos automáticos da modalidade "não proporcional". Os valores a receber, relacionados com a operação de resseguro, incluem saldos a receber de resseguradores relacionados com valores a serem recuperados, nos termos dos contratos de transferência de riscos, e as parcelas do ressegurador com provisões técnicas constituídas. No caso de serem identificados indícios de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável levando-se em consideração o descrito na nota explicativa nº 3d ii. Os valores a pagar aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas. **k) Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio comercial, incluindo as operações de coseguro aceito, bruto das operações de resseguro e líquido das operações de coseguro cedido, correspondente ao período de risco a decorrer e calculada pelo método "pro rata-die" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atualizada envolvendo a construção de *run-off* de 24 meses, os quais consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) é constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). A Provisão de Excedentes Técnicos (PET) é constituída para os contratos que possuem a previsão contratual de distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico de apólice. A Provisão de Sinistros Liquidar (PDL) é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro ou notificação do processo judicial, bruta de resseguros e líquidos de recuperação de coseguro cedido, até a data do balanço patrimonial e atualizada monetariamente nos termos da legislação vigente. Inclui o ajuste do Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados (IBNER), com objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados e processos judiciais sofreram ao longo do período de análise até a respectiva liquidação. A IBNER é calculada através de método estatístico e atuarial, como triângulos de *run-off* com base no desenvolvimento histórico de sinistros. A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros contemplando as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro e também as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. A PDR é calculada através de método estatístico e atuarial, como triângulos de *run-off* com base no desenvolvimento histórico das despesas incorridas. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR) representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de *run-off* de 48 trimestres que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e aviso do sinistro. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR) representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de *run-off* de 48 trimestres que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e aviso do sinistro. **l) Teste de adequação dos passivos (TAP):** A Companhia elabora o teste de adequação de passivos semestralmente para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 - Contratos de Seguro e que estão vigentes na data de execução do teste. O teste consiste numa projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alcovêdes relacionadas aos sinistros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados a Companhia utilizou a Estrutura de Taxa de Juros (ETJ) livre de risco definida pela SUSEP. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer, incluindo as despesas administrativas e outras despesas e receitas referentes a todos os riscos assumidos até a data-base do teste foi comparado a soma das provisões técnicas PPNG e PPNG-RVNE. Para a projeção da sinistralidade dos sinistros a ocorrer, foi considerada a experiência histórica da Companhia ou dada as características de determinados produtos foi utilizada a tábua de mortalidade (BR-EMS 2015), resultando na sinistralidade de 38,28% para a Companhia. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo as despesas alcovêdes a sinistros e salvados, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, PET, IBNR e IBNER. O resultado do teste de adequação de passivos realizados de acordo com os critérios acima descritos não revelou a necessidade de constituição de PCC na data-base de 31 de dezembro de 2020. **m) Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma puder ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, com relação às probabilidades de perda que leva em consideração a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda possível não são reconhecidos

contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados. **n) Benefícios aos empregados: i. Obrigações de curto prazo:** As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a prazo e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. **ii. Obrigações com aposentadorias:** A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) administered pela Brasilprev Seguros e Previdência S.A.. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Companhia, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário base de contribuição do participante e a Companhia não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. **iii. Outros benefícios de curto prazo:** Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. **o) Outras receitas e despesas operacionais:** Compreendem, substancialmente, as despesas oriundas das contribuições ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR) provisionadas mensalmente. **p) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros designados por meio do resultado a valor justo e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade)/reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **q) Arrendamento:** No início dos contratos de locação, a Companhia realiza procedimento de identificação se os mesmos são ou contém um arrendamento. Os arrendamentos relacionados a equipamento de informática transferem para a Companhia substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade sendo classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, os arrendamentos mercantis financeiros são registrados de acordo com a política contábil aplicável como ativos e passivos no balanço patrimonial por quantias iguais ao valor justo da propriedade arrendada ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Os demais arrendamentos não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade, portanto são classificados como arrendamentos operacionais não sendo reconhecidos no balanço patrimonial. Os pagamentos para os arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear de acordo com o prazo do arrendamento e os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do contrato. **r) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. **s) Participações nos lucros:** A Companhia registra mensalmente a participação nos lucros com base nos critérios de pagamento referentes ao último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

**4. GERENCIAMENTO DE RISCOS**

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: Risco de subscrição; Risco de crédito; Risco de liquidez; Risco de mercado; e Risco operacional. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** A gestão de riscos eficaz deve ser dinâmica, interativa e de caráter proativo às mudanças relacionadas a eventos

internos e externos que modifiquem o contexto e o posicionamento do Grupo Brasileg, compreendendo abordagens quantitativas e qualitativas, organizadas e integradas. Foi estabelecido um modelo de Governança de Riscos para as empresas do Grupo Brasileg, envolvendo desde as Unidades Operacionais até a Alta Direção, permeando as três linhas de defesa, sendo sido designados papéis específicos para os diversos atores. Cabe, em última instância, ao Conselho de Administração zelar pela adequação da estrutura de Gestão de Riscos (EGR) e aprovar o Apetite por Risco e a Política de Gestão de Riscos. É de responsabilidade da Direção monitorar as exposições a riscos e avaliar periodicamente a eficácia da EGR, por intermédio de insumos providos pelo Gestor de Riscos e pela, Comissão de Riscos, Segurança e Sustentabilidade (CRSS). A Auditoria Interna deve avaliar, no mínimo anualmente, o atendimento dos dispositivos estabelecidos na legislação, sendo admitida a adoção de enfoque de rotação de ênfase, assegurando-se que todos os processos relevantes para a EGR sejam auditados pelo menos uma vez a cada três anos. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Companhia. O escopo da Auditoria Interna, além da avaliação da EGR, está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. A Auditoria Interna fornece: análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. Essa abordagem multicamadas proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk" (VaR), indicadores de suficiência de capital e liquidez, dentre outras. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas, análises de resultados de testes e controles. Há também a contribuição da auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos. Para assegurar robustez ao processo de gerenciamento de riscos, o Grupo Brasileg conta com os seguintes comitês: **Comitê financeiro:** Constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Conselho de Administração, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. **Comissão de riscos, segurança e sustentabilidade:** Constituída como órgão de apoio vinculado à Diretoria, no âmbito da estrutura de governança corporativa do Grupo Brasileg, tendo como objetivo auxiliar, acompanhar e auxiliar a Alta Direção nos processos de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Grupo Brasileg. **Comitê de auditoria:** Órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como principais atribuições: revisar previamente à divulgação das demonstrações financeiras; avaliar a qualidade do sistema de controles internos à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. **Comitê de riscos:** Constituído como Órgão de caráter consultivo e de assessoramento, vinculado ao Conselho de Administração, no âmbito da estrutura de governança corporativa do Grupo Brasileg, tendo por objetivo auxiliar o Conselho de Administração, analisando e acompanhando as matérias relacionadas a controles internos, conformidade, gerenciamento de riscos corporativos e atuarial, no âmbito de suas competências e de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Grupo Brasileg. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo, contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição de suas atribuições e nível de reporte. **Risco de subscrição:** A Companhia define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e não haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Companhia possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional aos seus segurados em cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é, de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Companhia entende que o principal risco é de que os sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, seguindo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Companhia incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Companhia utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuam *rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que os resultados adversos de eventos atípicos e raros sejam minimizados. Não obstante, o risco de subscrição é resultante em função da menor parcela dos riscos aceitos possuindo importâncias seguradas elevadas. **Concentração de riscos:** A concentração de riscos é monitorada analisando as áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

Região geográfica	Bruto de resseguro (*)					Líquido de resseguro (**)						
	Vida	%	Rural	%	Demais	%	Total	%	Demais	%	Total	
Centro Oeste	915.874	9%	1.208.503	12%	39.440	0%	2.163.817	21%	915.874	10%	1.796.753	20%
Nordeste	993.870	10%	295.679	3%	60.736	0%	1.250.285	14%	993.870	11%	1.282.892	15%
Norte	334.733	3%	184.317	2%	14.670	0%	533.720	5%	334.733	4%	151.130	6%
Sudeste	2.387.286	25%	946.493	10%	123.965	1%	3.457.744	36%	2.379.288	27%	817.717	9%
Sul	977.966	10%	1.221.909	13%	55.274	1%	2.255.149	24%	977.966	11%	896.484	10%
<b>Total</b>	<b>5.609.729</b>	<b>57%</b>	<b>3.856.901</b>	<b>40%</b>	<b>294.085</b>	<b>3%</b>	<b>9.760.715</b>	<b>100%</b>	<b>5.601.731</b>	<b>63%</b>	<b>2.935.073</b>	<b>34%</b>

Região geográfica	Bruto de resseguro (*)					Líquido de resseguro (**)						
	Vida	%	Rural	%	Demais	%	Total	%	Demais	%	Total	
Centro Oeste	837.522	10%	1.011.168	12%	38.994	0%	1.887.684	22%	837.522	11%	1.591.639	21%
Nordeste	924.949	11%	257.966	3%	59.394	1%	1.242.309	15%	924.949	12%	1.177.186	15%
Norte	299.924	4%	153.989	2%	14.443	0%	468.356	6%	299.924	4%	128.686	6%
Sudeste	2.030.357	24%	769.676	9%	125.849	1%	2.925.882	34%	2.023.655	26%	648.022	8%
Sul	864.744	10%	1.003.491	12%	54.812	1%	1.923.047	23%	864.744	11%	797.491	10%
<b>Total</b>	<b>4.957.496</b>	<b>59%</b>	<b>3.196.290</b>	<b>38%</b>	<b>293.492</b>	<b>3%</b>	<b>8.447.278</b>	<b>100%</b>	<b>4.950.794</b>	<b>64%</b>	<b>2.482.229</b>	<b>31%</b>

(\*) As operações estão líquidas de RVNE no montante de R\$ (47.085) (R\$ 3.152 em 31 de dezembro de 2019).  
(\*\*) As operações estão líquidas de RVNE de resseguro no montante de R\$ 2.840 (R\$ 3.473 em 31 de dezembro de 2019).

**Sensibilidade do risco de subscrição:** O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros da Companhia com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise, as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco e foram-se as análises abaixo: **a) Provisões técnicas:** Provisão de IBNR (a1): Simulamos como um possível e eventual aumento no atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros e a respectiva data de aviso à Companhia poderia afetar o saldo da provisão de IBNR. O agravamento considerado baseia-se na elevação de 5% nos valores de atraso. **b) Sinistralidade:** Simulamos como uma elevação de 13,75% na sinistralidade da carteira, considerando um incremento de 8,75%, devido ao possível impacto da pandemia do COVID-19. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Fator de risco	Impacto no resultado/PL (bruto de impostos)	
	Total	Sensibilidade
<b>a. Provisões técnicas</b>		Alteração das principais premissas das provisões técnicas (21.714)
<b>a1. IBNR</b>	Aumento	Elevação de 5% do IBNR (21.714)
<b>b. Sinistralidade</b>	Aumento	Elevação de 13,75% na sinistralidade (287.222)

**Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Companhia. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e perdas decorrentes de mercado. O risco de crédito pode se materializar por meio dos seguintes fatos: **Perdas decorrentes de inadimplência**, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados e de recuperação de sinistros por parte do ressegurador; **Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título;** e **Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas.** **Exposição ao risco de crédito de seguro:** A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os riscos a decorrer e os riscos decorridos. Os Ramos de Riscos decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Companhia opera com diversos tipos de produtos, o que proporciona a diversificação e pulverização dos riscos. Em relação às operações de resseguro, a Companhia está exposta a concentrações de risco com resseguradores individuais, devido à natureza do mercado de resseguro. A Companhia adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradores com alta qualidade de crédito refletidas nos *ratings* atribuídos por agências classificadoras. No caso das resseguradoras MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguro e MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. foi considerado o *rating* da MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.

**Prêmio cedido aos resseguradores:**

Rating(*)	2020		2019	
	Local	Admitida	Total	Total
AA-	73.520	-	73.520	(1)
A+	8.022	236.420	244.442	97.408
A	-	-	-	621.550
A-	614.010	-	614.010	-
<b>Total</b>	<b>695.552</b>	<b>236.420</b>	<b>931.972</b>	<b>626.118</b>

(\*) As operações estão líquidas de RVNE de resseguro no montante de R\$ 2.840 (R\$ 3.473 em 31 de dezembro de 2019).  
O gerenciamento de risco de crédito de seguro referente às operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings, Standard & Poor's, AM Best e Moody's*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de crédito sejam atingidos. Alguns fatos de atenção para o risco de crédito são: em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas através de política e norma interna. **Gerenciamento do risco de crédito:** A Política de Investimentos prevê a diversificação



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Companhia de possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **Gestão de capital:** O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retorno sobre capital para os acionistas. **Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital:** Em atendimento à Resolução SUSEP nº 321/2015 (alterada pela Resolução nº 376/2019), as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR). A Companhia apura o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado como demonstrado abaixo:

<b>1. Ajustes contábeis</b>	
Patrimônio líquido	1.728.093
Participação em sociedades financeiras e não financeiras - nacionais ou no exterior	(994)
Despesas antecipadas	(6.552)
Ativos intangíveis	(155.459)
<b>Patrimônio líquido ajustado subtotal (a)</b>	<b>1.565.088</b>
<b>2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos</b>	
Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	41.662
Superávit entre as provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	30.090
<b>Ajustes econômicos (b)</b>	<b>71.752</b>

<b>3. Capital mínimo requerido</b>	
Capital base - CB	15.000
<b>Capital de risco (subscrição, crédito, operacional e mercado) (CR)</b>	
Capital de risco de subscrição	1.125.351
Capital de risco de crédito	134.058
Capital de risco operacional	30.971
Capital de risco de mercado	100.037
Correlação entre os riscos	(131.338)
<b>Capital mínimo requerido (c)</b>	<b>1.259.079</b>
<b>Suficiência de capital (d = a + b - c)</b>	<b>377.761</b>
<b>Suficiência de capital (d/c)</b>	<b>30%</b>
<b>Índice de solvência (e = (a + b) / c)</b>	<b>1,30</b>

As normas acima referidas determinam que as sociedades supervisionadas apresentem liquidez em relação ao CR superior a 20%. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apresenta liquidez como segue:

Capital de risco (a)	1.289.478
Índice de liquidez requerido pela Resolução CNSP nº 343/2016- 20% sobre CR	257.896
Ativos livres - nota explicativa nº 21 (b)	1.800.564
<b>Índice de liquidez em 31 de dezembro de 2020 (a/b)</b>	<b>71,62%</b>

**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Caixa e banco	5.502	887
Equivalentes de caixa	538	705
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>6.040</b>	<b>1.592</b>

**6. APLICAÇÕES**

**a) Composição por prazo e por nível hierárquico:** Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e por hierarquia de valor justo. Os ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante.

Títulos	Hierarquia de valor justo	Vencimento				Valor contábil (E = A + B + C + D)	Valor de curva (F)	Valor justo (G)	Ativos Ganho/perda não realizada (G - F)	Total			
		Até 1 ano (A)	De 1 a 5 anos (B)	Acima de 5 anos (C)	Sem vencimento (D)					2020	% (reapresentado)	%	
<b>Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado</b>		<b>2.175.172</b>	<b>579.117</b>	<b>150.682</b>	<b>54.656</b>	<b>2.959.627</b>	<b>2.963.224</b>	<b>2.959.627</b>	<b>(3.597)</b>	<b>2.959.627</b>	<b>44%</b>	<b>3.752.262</b>	<b>60%</b>
<b>Fundos de investimentos</b>		<b>2.175.172</b>	<b>579.117</b>	<b>150.682</b>	<b>54.656</b>	<b>2.959.627</b>	<b>2.963.224</b>	<b>2.959.627</b>	<b>(3.597)</b>	<b>2.959.627</b>	<b>100%</b>	<b>3.752.262</b>	<b>100%</b>
Debêntures	2	25.181	120.225	-	-	145.406	148.221	145.406	(2.815)	145.406	5%	116.272	3%
Letras financeiras (LF)	2	5.420	290.937	-	-	296.357	296.520	296.357	(163)	296.357	10%	176.490	4%
Certificado de depósito bancário (CDB)	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	15.393	0%
Depósito a prazo com garantia especial (DPGE)	2	8.145	40.452	-	-	48.597	47.845	48.597	752	48.597	2%	5.386	0%
Letras financeiras do tesouro (LFT)	1	29.762	80.736	25.792	-	136.290	136.889	136.290	(599)	136.290	5%	86.934	2%
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	1	-	37.563	-	-	37.563	37.481	37.563	82	37.563	1%	-	0%
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	1	-	-	124.907	-	124.907	125.803	124.907	(896)	124.907	4%	-	0%
Letras do tesouro nacional (LTN)	1	-	9.204	-	-	9.204	9.162	9.204	42	9.204	0%	9.152	0%
Operações compromissadas (*)	1	2.106.562	-	-	-	2.106.562	2.106.562	2.106.562	-	2.106.562	71%	3.283.810	89%
Cotas de fundos de investimentos	2	-	-	-	54.656	54.656	54.656	54.656	-	54.656	2%	58.714	2%
Caixa/contas a pagar/contas a receber	1	102	-	-	-	102	102	102	-	102	0%	118	0%
Outros	1	-	-	(17)	-	(17)	(17)	(17)	-	(17)	0%	(7)	0%
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>		<b>-</b>	<b>3.025.831</b>	<b>4.871</b>	<b>-</b>	<b>3.030.702</b>	<b>3.029.395</b>	<b>3.030.702</b>	<b>1.307</b>	<b>3.030.702</b>	<b>45%</b>	<b>1.731.625</b>	<b>27%</b>
<b>Carteira administrada</b>		<b>-</b>	<b>3.025.831</b>	<b>4.871</b>	<b>-</b>	<b>3.030.702</b>	<b>3.029.395</b>	<b>3.030.702</b>	<b>1.307</b>	<b>3.030.702</b>	<b>100%</b>	<b>1.731.625</b>	<b>100%</b>
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	1	-	1.006.368	-	-	1.006.368	1.011.753	1.006.368	(5.385)	1.006.368	33%	340.468	20%
Letras do tesouro nacional (LTN)	2	-	2.019.463	-	-	2.019.463	2.012.771	2.019.463	6.692	2.019.463	67%	1.274.633	74%
Debêntures	1	-	-	4.871	-	4.871	4.871	4.871	-	4.871	0%	4.765	0%
Letras financeiras (LF)	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	111.759	6%
<b>Ativos mantidos até o vencimento</b>		<b>-</b>	<b>753.583</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>753.583</b>	<b>753.583</b>	<b>823.021</b>	<b>69.438</b>	<b>753.583</b>	<b>11%</b>	<b>830.377</b>	<b>13%</b>
<b>Fundo de investimento</b>		<b>-</b>	<b>753.583</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>753.583</b>	<b>753.583</b>	<b>823.021</b>	<b>69.438</b>	<b>753.583</b>	<b>100%</b>	<b>830.377</b>	<b>100%</b>
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	1	-	598.316	-	-	598.316	598.316	650.023	51.707	598.316	79%	675.949	81%
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	1	-	155.267	-	-	155.267	155.267	172.998	17.731	155.267	21%	154.428	19%
<b>Outras aplicações</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.048</b>	<b>1.048</b>	<b>1,048</b>	<b>1,048</b>	<b>-</b>	<b>1,048</b>	<b>0%</b>	<b>959</b>	<b>0%</b>
<b>Total</b>		<b>2.175.172</b>	<b>4.358.531</b>	<b>155.553</b>	<b>55.704</b>	<b>6.744.960</b>	<b>6.747.250</b>	<b>6.814.398</b>	<b>67.148</b>	<b>6.744.960</b>	<b>100%</b>	<b>6.315.223</b>	<b>100%</b>

(\*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

**b) Hierarquia de valor justo:** Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos. • Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **c) Determinação do valor justo:** O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) ou por meio da utilização de metodologia de precificação definida pela BB Gestão de Recursos DTVM S.A. (BB-DTVM). Os títulos de renda fixa (debêntures) tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Para os demais títulos de renda fixa ativos, sem cotação em mercado, o valor justo é apurado utilizando-se metodologia própria - "Market to Model" do administrador, com o uso máximo de informações observáveis no mercado. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão para cálculos e apreçamento constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). O valor justo dos investimentos mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

**d) Taxa de juros contratada**

	2020		2019	
	Maior taxa	Menor taxa	Maior taxa	Menor taxa
NTN-F	11,88%	4,99%	11,88%	6,75%
LTN	6,13%	4,08%	10,31%	4,88%
CDB	-	-	106,5% do CDI	106,5% do CDI
DPGE	200,29% do CDI	108% do CDI	108% do CDI	108% do CDI
NTN-B	IPCA + 5,64%	IPCA + 0,82%	IPCA + 6,21%	IPCA + 3,82%
LFT	100% CDI	100% CDI	100% CDI	100% CDI
Debênture	193,86% do CDI	80% do CDI	140,34% do CDI	80% do CDI
Letra financeira	124,13% do CDI	102,55% do CDI	109,49% do CDI	102,55% do CDI
Operações Compromissadas	100% CDI	100% CDI	100% CDI	100% CDI

**e) Movimentação das aplicações financeiras**

Valor justo por meio do resultado	2019 (reapresentado)		Aplicações		Resgates		Redução ao valor recuperável		Rendimentos		2019 (reapresentado)	
	Aplicações	Resgates	Aplicações	Resgates	Aplicações	Resgates	Aplicações	Resgates	Aplicações	Resgates	Aplicações	Resgates
Disponíveis para venda	3.752.260	8.982.890	(9.869.544)	-	-	94.021	2.959.627					
Mantidos até o vencimento	1.731.626	4.011.258	(2.839.410)	(25.242)	(154)	152.624	3.030.702					
Outras aplicações	959	89	-	-	-	-	-	1.048				
<b>Total</b>	<b>6.315.223</b>	<b>12.994.237</b>	<b>(12.861.997)</b>	<b>(25.242)</b>	<b>(154)</b>	<b>322.893</b>	<b>6.744.960</b>					

**7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía contratos futuros de DI, conforme apresentados na tabela abaixo. O objetivo de atuação no mercado de derivativos é de proteção, visando minimizar a exposição a riscos de mercado, neste caso de taxa de juros. A utilização de derivativos está condicionada a avaliação do cenário macroeconômico. Os instrumentos financeiros derivativos estão demonstrados a seguir:

Derivativos	Quantidade	Valor de referência		Valor a receber/pagar		Vencimento
		2020	2019	2020	2019	
DI FUT (LTN)	2.339	(233.947)	(201.750)	254	Acima 360 dias	
DI FUT (LTN)	(494)	49.373	42.578	(54)	Acima 360 dias	
DI FUT (LTN)	(1.846)	184.574	159.172	(200)	Acima 360 dias	
DI FUT (LTN)	(1.435)	143.506	98.898	(17)	Acima 360 dias	
<b>Total</b>	<b>(1.435)</b>	<b>143.506</b>	<b>98.898</b>	<b>(17)</b>		

**8. PRÊMIOS A RECEBER**

**a) Prêmios por segmento**

Ramos agrupados	2020		2019	
	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável (*)	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber recuperável (*) líquido
Prestamista	2.934.700	(10.157)	2.924.543	1.489.151
Vida individual	385.658	(9.830)	375.828	317.116
Seguro agrícola com cobertura do FESR	96.857	(4.324)	92.533	119.658
Seguro de vida do produtor rural	270.975	(2.020)	268.955	155.347
Seguro agrícola sem cobertura do FESR	99.518	(7.157)	92.361	98.773
Vida em grupo	126.003	(6.799)	119.204	134.082
Demais ramos	321.989	(9.161)	312.828	250.326
<b>Total</b>	<b>4.235.700</b>	<b>(49.448)</b>	<b>4.186.252</b>	<b>2.564.453</b>

**b) Movimentação de prêmios a receber**

Saldo inicial	2020		2019	
	Prêmios emitidos	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber	Prêmios a receber recuperável
(+) Prêmios emitidos	14.011.356	-	11.396.491	-
(+) IOF	30.973	-	26.506	-
(+) Adicional de fracionamento	97	-	212	-
(-) Prêmios cancelados	(2.864.978)	-	(1.938.864)	-
(-) Reclasseificação de prêmio de cosseguro aceito vencido	(204)	-	21.021	-
(-) Recebimentos	(9.505.997)	-	(9.177.777)	-
Redução ao valor recuperável (constituição)	(4.895)	-	(4.895)	-
<b>Saldo final</b>	<b>4.186.252</b>	<b>-</b>	<b>2.515.995</b>	<b>-</b>

**c) Composição por prazo de vencimento**

A vencer até 30 dias	2020		2019	
	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem
A vencer até 30 dias	608.467	14,5%	571.282	22,6%
A vencer de 31 a 60 dias	129.007	3,1%	175.352	6,9%
A vencer de 61 a 120 dias	201.778	4,8%	176.506	6,9%
A vencer de 121 a 180 dias	186.764	4,4%	153.760	6,1%
A vencer de 181 a 365 dias	367.079	8,8%	282.853	11,2%
A vencer acima de 365 dias	2.335.075	56,4%	1.003.981	39,3%
<b>Total a vencer</b>	<b>3.828.170</b>	<b>91,6%</b>	<b>2.363.734</b>	<b>92,6%</b>
Vencidos até 30 dias	258.693	6,2%	136.915	5,3%
Vencidos de 31 a 60 dias	75.580	1,8%	111.119	4,3%
Vencidos de 61 a 120 dias	21.786	0,5%	3.654	0,1%
Vencidos de 121 a 180 dias	1.516	0,0%	230	0,0%
Vencidos de 181 a 365 dias	388	0,0%	289	0,0%
Vencidos acima de 365 dias	119	0,0%	54	0,0%
<b>Total vencidos</b>	<b>358.082</b>	<b>8,4%</b>	<b>152.261</b>	<b>5,6%</b>
<b>Total</b>	<b>4.186.252</b>	<b>100%</b>	<b>2.515.995</b>	<b>100%</b>

**9. OPERAÇÕES COM RESSEGUADORAS E ATIVOS DE RESSEGUO E RETROCESSÃO**

**a) Ativo**

Recuperação de sinistros	2020		2019	
	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem
Recuperação de sinistros	41.674	95,08%	41.674	95,08%
Outros créditos com ressegurador	4	0,01%	6	



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)**

**21. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS**

	2020	2019
	(reapresentado)	
Provisões técnicas	10.447.973	8.800.439
Parcela correspondente a resseguros contratados	(532.072)	(424.531)
Direitos creditórios	(3.610.383)	(2.018.939)
Custos de aquisição diferidos redutores de PPNG	(1.327.000)	(1.419.585)
<b>Total a ser coberto</b>	<b>4.978.518</b>	<b>4.937.384</b>
Quotas e fundos de investimentos	3.748.380	4.628.380
Títulos de renda fixa - públicos	3.025.831	1.615.101
Títulos de renda fixa - privados	4.871	116.525
<b>Total de aplicações (*)</b>	<b>6.779.082</b>	<b>6.359.932</b>
Ativos livres	1.800.564	1.422.548

(\*) Conforme Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, artigo 103 § 2º para efeito de cobertura de provisões técnicas, os ativos financeiros são considerados pelo seu valor de mercado.

**22. PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR JUDICIAL**

**a) Composição das ações judiciais de sinistro por probabilidade de perda**

	2020			2019		
	Quantidade	Valor da causa da provisão (%)	Valor da provisão (%)	Quantidade	Valor da causa da provisão (%)	Valor da provisão (%)
Provável	1.626	328.854	274.017	2.838	14.125	42
Possível	5.315	827.134	356.550	5.187	835.216	308.846
Remota	356	86.779	—	214	89.674	377.254
<b>Total</b>	<b>7.297</b>	<b>1.242.767</b>	<b>630.567</b>	<b>8.239</b>	<b>1.267.586</b>	<b>686.100</b>

(\*) Os valores estão apresentados líquidos de resseguros e consideram a PSLJ acrescida da Provisão de Despesas Relacionadas (PDR).

A provisão para as ações judiciais relacionadas a sinistros é baseada em norma interna que considera, além das probabilidades de perda avaliadas pelos advogados, a análise dos riscos envolvidos e perdas históricas.

**b) Composição das ações por ano de citação**

Ano de abertura	2020		2019	
	Quantidade	Valor da provisão (%)	Quantidade	Valor da provisão (%)
De 1997 a 2000	34	14.125	42	20.243
De 2001 a 2005	188	65.605	387	100.178
De 2006 a 2010	324	69.469	587	87.236
De 2011 a 2015	1.399	145.861	2.103	182.643
De 2016 a 2020	5.352	335.507	5.120	295.800
<b>Total</b>	<b>7.297</b>	<b>630.567</b>	<b>8.239</b>	<b>686.100</b>

(\*) Os valores estão apresentados líquidos de resseguros e consideram a PSLJ acrescida da Provisão de Despesas Relacionadas (PDR). Por meio médio para o pagamento dos sinistros judiciais é de 70 meses.

**c) Demonstrativo de desempenho das provisões relacionadas a sinistros judiciais**

	2020	2019
Montante de ações judiciais pagas no exercício corrente e que se encontravam provisionadas	125.865	98.668
Montante provisionado de ações judiciais pagas no exercício corrente e que se encontravam provisionadas	124.706	103.180
Processos encerrados sem pagamento no período corrente, para os quais havia provisão constituída	119.833	76.829
Montante de ações judiciais pagas no exercício corrente e não provisionadas	21.650	70.682

**23. PROVISÕES JUDICIAIS**

**a) Composição**

Natureza	Provisões judiciais		Depósitos judiciais (*)	
	2020	2019	2020	2019
<b>Fiscal</b>	<b>641.739</b>	<b>647.008</b>	<b>681.823</b>	<b>686.406</b>
COFINS	618.645	611.437	645.034	637.497
PIS	13.273	13.169	15.949	15.825
CSLL	9.821	14.383	10.374	14.615
IRPJ	—	8.019	—	8.007
Outros	—	—	10.466	10.462
<b>Trabalhista</b>	<b>2.765</b>	<b>768</b>	<b>1.705</b>	<b>757</b>
Cível	14.143	14.147	11.941	13.740
Outros	—	—	1.468	1.542
<b>Total</b>	<b>658.647</b>	<b>661.923</b>	<b>696.937</b>	<b>702.445</b>

(\*) Depósitos judiciais referentes a sinistros em discussão judicial somam R\$ 113.135 (R\$ 119.730 em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia possui discussões tributárias nas esferas judicial e administrativa, e amparada por seus assessores legais classifica a probabilidade de perda destas ações em provável, possível e remota, para fins de determinação de risco e provisionamento. Os valores provisionados, assim como os depósitos judiciais que possui, são atualizados mensalmente, de acordo com a taxa SELIC, e são informados seus saldos na data base de 31 de dezembro de 2020: **PIS/COFINS Lei 9.718/1998 - Notas I a V:** A Companhia discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de COFINS sobre sua atividade, e majoração da base de cálculo do PIS. Sobre a COFINS, aguarda-se julgamento de Recursos Especial e Extraordinário. Possui decisão proferida em Medida Cautelar junto ao STF, obtendo garantia de suspensão da exigibilidade. A partir de maio de 2009, passou a recolher o tributo em discussão, considerando a base de prêmio de seguros. A probabilidade de perda é classificada como provável. Quanto às receitas excedentes, os valores não são tributados e provisionados, a probabilidade de perda é classificada como possível. Os valores envolvidos na ação estão no quadro abaixo - itens I a III. Quanto ao PIS, possui decisão parcialmente favorável em primeira instância, autorizando o não recolhimento sobre as receitas que excedem o faturamento, porém determinando a incidência do tributo sobre as receitas de prêmios de seguros. Aguarda-se julgamento de recurso extraordinário e agravo de despacho denegatório de recurso especial. Recolheu o tributo sobre a totalidade de suas receitas até agosto de 2006, quando obteve decisão judicial para suspender a exigibilidade sobre os valores relativos às receitas financeiras e a partir de maio de 2009 recolhe o tributo sobre a base de prêmios de seguros. Os valores envolvidos na ação estão no quadro abaixo - itens IV e V. **PIS/COFINS - Lei nº 12.973/2014 - Notas VI e VII:** A partir de janeiro de 2015, com a entrada em vigor da Lei nº 12.973/2014, entende-se que a base de cálculo destes tributos está limitada aos prêmios de seguros. Discute-se judicialmente a incidência dos referidos tributos sobre as receitas financeiras decorrentes de investimentos financeiros oriundos de reservas técnicas. Diante da interpretação dada, foi proposta Ação Judicial, a qual foi julgada improcedente em primeira instância. Interposto Recurso de Apelação, a este foi negado provimento. Interpostos então Recursos Especial e Extraordinário, os quais ainda pendem de julgamento, sendo que após distribuição de pedido de tutela de urgência a este foi dado deferimento, suspendendo a exigibilidade dos valores de PIS e de COFINS incidentes sobre os rendimentos financeiros gerados pelos ativos dados em garantia às reservas técnicas, até que seja realizado o exame de admissibilidade dos Recursos Especial e Extraordinário apresentados pelas companhias. Na mesma decisão a análise do juízo de admissibilidade foi sobrestada por conta do Tema 372, do STF (Exigibilidade do PIS e da COFINS sobre as receitas financeiras das instituições financeiras). A União apresentou agravo interno em face referida decisão, o qual pende de julgamento. A probabilidade de perda é classificada como possível. Os valores envolvidos na ação estão no quadro abaixo - itens VI e VII.

Nota	Período	Proba-bilidade	Provisão		Depósito		Valor do risco	
			2020	2019	2020	2019	2020	2019
(I) COFINS Prêmio de seguros	05/1999 a 05/2009	Provável	618.645	611.437	623.054	615.779	618.645	611.437
(II) COFINS Receita financeira	05/2009 a 06/2009	Possível	—	—	21.980	21.718	120.834	119.434
(III) COFINS Receita financeira	12/2014 a 05/1999	Possível	—	—	—	—	86.900	85.426
(IV) PIS Receita financeira	05/2009 a 06/2009	Possível	—	—	—	—	6.403	6.316
(V) PIS Receita financeira	12/2014 a 01/2015	Possível	—	—	—	—	14.121	13.882
(VI) COFINS Receita financeira	12/2020 a 01/2015	Possível	—	—	—	—	141.170	124.181
(VII) PIS Receita financeira	12/2020 a 01/2015	Possível	—	—	—	—	22.940	20.179
<b>Total</b>			<b>618.645</b>	<b>611.437</b>	<b>645.034</b>	<b>637.497</b>	<b>1.011.013</b>	<b>980.855</b>
							Total risco provável	618.645
							Total risco possível	392.368
							<b>Subtotal</b>	<b>1.011.013</b>

Notas Ia a V - Lei nº 9.718/1998 e notas VI a VII Lei nº 12.973/2014.

**Demais processos:**

Nota	Período	Proba-bilidade	Provisão	Depósito	Valor do risco
			2020	2019	2020
(1) PIS EC 17/1997	03/1998 a 01/1999	Provável	13.273	13.169	15.949
(2) IRPJ Dedutibilidade da CSLL	01/1997 a 12/2000	Provável	—	8.019	—
(3) IRPJ Multa	01/2002 a 01/1996	Remota	—	—	225
(4) CSLL Aumento alíquota	12/1998 a 01/2000	Provável	9.821	14.383	10.374
(5) INSS sobre PLR	12/2006 a 12/2009	Possível	—	—	10.466
(6) IRPJ e CSLL sobre JCP	12/2010 a 01/2014	Possível	—	—	60.989
(7) IRPJ sobre Seguro rural	12/2014	Possível	—	—	286.028
<b>Total</b>			<b>23.094</b>	<b>35.571</b>	<b>36.789</b>
					Total risco provável
					Total risco possível
					Total risco remoto
					<b>Subtotal</b>
					<b>Total geral</b>

**Nota (1) PIS - EC nº 17/1997** - discute a exigibilidade do PIS com base na EC nº 17/1997. Obteve decisão parcialmente favorável no sentido de que seja observado o princípio da anterioridade de que trata o §6º do artigo 195 da CF/1988. O processo transitou em julgado atualmente encontra-se em fase de apuração para realização da execução da parcela que reconheceu a violação aos princípios da anterioridade nonagesimal da irretroatividade. **Nota (2) IRPJ Dedutibilidade da CSLL** - a Companhia discute o direito de deduzir a despesa relativa à CSLL da formação da base de cálculo do IRPJ, nos períodos-base de 1997 a 2000. Julgado de forma desfavorável a Companhia, cuja decisão transitou em julgado. Depósito judicial convertido em renda em favor da União, razão pela qual a provisão foi baixada. **Nota (3) IRPJ** - discutiu a exigência de multa sobre recolhimento de IRPJ - competência janeiro de 2002 em 2003 - realizado sob o instituto de denúncia espontânea, desconsiderado pela Receita Federal. Julgado de forma favorável com trânsito em julgado, razão pela qual foi efetivado o levantamento do depósito judicial. **Nota (4) CSLL** - discute a majoração da alíquota da CSLL - Leis nº 9.249/1995 e Lei nº 13.169/2015. Sobre a Lei nº 9.249/1995, obteve resultado parcialmente favorável, apenas no aspecto de violação aos princípios da anterioridade nonagesimal e da irretroatividade. O processo foi remetido ao TRF para julgamento das questões remanescentes, onde se encontra sobrestado, até pronunciamento definitivo do STF no RE 578.846. A probabilidade de perda da ação é classificada como provável. Sobre a Lei nº 13.169/2015 - aplicável ao período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, aguarda julgamento de apelação, mantendo o recolhimento nos termos da legislação vigente. No entanto, o Supremo Tribunal Federal, em julgamento da ADI 5.485, considerou constitucional a majoração da alíquota da CSLL, portanto a probabilidade de perda é classificada como provável. **Nota (5) Contribuições Previdenciárias** - discute divergência de recolhimento de contribuições previdenciárias decorrentes de remunerações pagas a título de Participação nos Lucros e Resultados - PLR. Inicialmente foi proferido julgamento favorável em sede apelação. A União opôs embargos de declaração, os quais foram providos para fins de atribuir efeito modificativo ao acórdão. Atualmente o processo aguarda julgamento de Recurso Especial e Recurso Extraordinário interpostos. **Nota (6) IRPJ e CSLL - Juros sobre Capital Próprio** - autuada em razão de pagamento de juros sobre o capital próprio retroativo. Julgado de forma desfavorável a Companhia na esfera administrativa. Diante do término do processo administrativo, foi ajuizada Ação Anulatória de Débito fiscal, sendo que foi proferida sentença julgando totalmente procedente a ação em referência. Aguarda julgamento de Recurso de Apelação interposto pela União. **Nota (7) IRPJ sobre o resultado de Seguro Rural** - autuada em razão da dedução do resultado de Seguros Rurais da base de cálculo do IRPJ, no ano-calendário de 2014. A impugnação apresentada foi julgada improcedente. Atualmente o processo aguarda julgamento de recurso voluntário. **Trabalhistas** - a Companhia responde a processos de natureza trabalhista, cujos objetos variam de acordo com a relação entre a Seguradora e a outra parte (contrato de trabalho ou prestação de serviços através de empresa interposta), que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos advogados externos e ratificada pelos advogados internos. **Cível** - valores em risco decorrentes de processos judiciais não relacionados a operações de seguro ou relacionados a operações de seguro desde que não estejam ligados a coberturas securitárias, neste caso incluindo danos morais (quando não relacionado à cobertura securitária) ou questões envolvendo cobertura de assistência técnica.

**b) Movimentação**

	2020				2019			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
<b>Saldo inicial</b>	<b>647.008</b>	<b>768</b>	<b>14.147</b>	<b>661.923</b>	<b>633.151</b>	<b>381</b>	<b>14.945</b>	<b>648.477</b>
Constituições/reversões	—	1.850	4.873	6.723	—	896	12.059	12.955
Atualização monetária	7.386	765	3.393	11.544	13.857	(504)	(624)	12.729
Baixas/pagamentos	(12.655)	(618)	(8.270)	(21.543)	—	(5)	(12.233)	(12.238)
<b>Saldo final</b>	<b>641.739</b>	<b>2.765</b>	<b>14.143</b>	<b>658.647</b>	<b>647.008</b>	<b>768</b>	<b>14.147</b>	<b>661.923</b>

**c) Composição das ações judiciais de natureza fiscal, trabalhista e cível por probabilidade de perda**

	2020				2019			
	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão	Quantidade	Valor da causa
<b>Fiscais</b>	<b>9</b>	<b>1.103.094</b>	<b>641.739</b>	<b>12</b>	<b>1.084.557</b>	<b>647.008</b>	<b>12</b>	<b>1.084.557</b>
Provável	3	641.739	641.739	5	647.008	647.008	6	437.244
Possível	6	461.355	—	6	437.244	—	1	225
Remota	—	—	—	1	3	—	—	—
<b>Trabalhistas</b>	<b>181</b>	<b>12.325</b>	<b>2.765</b>	<b>97</b>	<b>5.030</b>	<b>768</b>	<b>52</b>	<b>2.774</b>
Provável	52	2.774	2.765	37	768	768	42	1.852
Possível	82	1.852	—	32	3.066	—	87	7.699
Remota	47	7.699	—	28	1.196	—	<b>5.524</b>	<b>155.654</b>
<b>Cíveis</b>	<b>785</b>	<b>165.668</b>	<b>14.143</b>	<b>5.876</b>	<b>157.640</b>	<b>14.147</b>	<b>785</b>	<b>165.668</b>
Provável	1.143	15.328	14.143	1.143	15.328	14.147	4.510	119.685
Possível	229	19.101	—	3.441	116.471	—	229	19.101
Remota	—	—	—	1.292	25.841	—	<b>5.714</b>	<b>1.271.073</b>
<b>Total</b>	<b>229</b>	<b>658.647</b>	<b>658.647</b>	<b>5.985</b>	<b>1.247.227</b>	<b>661.923</b>		

**24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) Capital social:** O capital social totalmente subscrito e integralizado, já homologado pela SUSEP, é de R\$ 655.745 (R\$ 655.745 em 31 de dezembro de 2019) e está representado por 698.763 ações nominativas sem valor nominal (698.763 ações em 31 de dezembro de 2019), sendo 380.763 ordinárias e 318.000 preferenciais, estas sem direito a voto e não conversíveis em ações ordinárias. **b) Dividendos e remunerações aos acionistas:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando sua distribuição é aprovada pela diretoria, o que ocorrer primeiro. Para fins de distribuição de juros sobre o capital próprio, deverá ser observado o limite de 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, bem como sua dedução do valor do dividendo mínimo obrigatório. Foi deliberada na Assembleia Geral Extraordinária de 23 de dezembro de 2015 a aprovação de distribuição mensal de dividendos ou o pagamento de juros sobre capital próprio, pelos administradores, respeitando o limite de disponibilidade de recursos, sem comprometimento da solvência da Companhia.

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	1.429.598	1.399.765
Dividendos pagos relativos ao lucro do exercício	489.183	803.748
Dividendos pagos relativos a lucros de anos anteriores	596.017	759.152
<b>Total de dividendos distribuídos e juros sobre o capital próprio pagos</b>	<b>1.085.200</b>	<b>1.562.900</b>
<b>Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício</b>	<b>34%</b>	<b>57%</b>
Distribuição dos dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos para as ações ordinárias	591.336	851.640
Dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos para as ações preferenciais	493.864	711.260
Quantidade de ações:		
Ações ordinárias	380.763	380.763
Ações preferenciais	318.000	318.000
Dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos por ação:		
Ações ordinárias	1,55303	2,23667
Ações preferenciais	1,55303	2,23667

**c) Reserva legal:** Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social. O valor constituído em 2020 está limitado a 20% do capital social. **d) Reserva de investimentos:** Criada com objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, entre outros. Será constituída por parcela do lucro líquido remanescente após as deduções estabelecidas no estatuto social, por proposta aos acionistas em Assembleia Geral. A Administração irá propor aos acionistas que delibere pelo aumento de capital ou por pagamento de dividendos em montante equivalente à parcela de reserva de lucros que exceder o valor do capital social. **e) Ajustes com títulos e valores mobiliários:** Compreende o ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, líquido dos efeitos tributários.

**25. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**

**a) Principais ramos de atuação**

Ramos	Prêmios ganhos		Sinistralidade		Custo de aquisição	
	2019	2019	2019	2019	201	



←☆ continuação

**PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES**

relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas, dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

**Opinião**

Em nossa opinião, as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção da Brasilseg Companhia de Seguros, em 31 de dezembro de 2020, sendo

que o "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R\$ 1.357.047 mil (em 30 de junho de 2020) e R\$ 1.565.089 mil (em 31 de dezembro de 2020) não fizeram parte do escopo desta auditoria atuarial, descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Outros assuntos**

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Adicionalmente informamos os limites de Retenção da Companhia referentes a 31/12/2020:

Grupo - Ramo de Seguro	Limite de Retenção
01 - 14 - Compreensivo Residencial	5.000.000,00
01 - 18 - Compreensivo Empresarial	7.500.000,00
09 - 29 - Funeral	2.400.000,00
09 - 77 - Prestamista (exceto Habit. e Rural)	3.000.000,00
09 - 82 - Acidentes Pessoais	3.000.000,00
09 - 84 - Doenças Graves ou Doença Terminal	3.000.000,00
09 - 90 - Eventos Aleatórios	800.000,00
09 - 93 - VIDA EM GRUPO	3.200.000,00

Grupo - Ramo de Seguro	Limite de Retenção
10 - 61 - Seg. Habit. Apól. Merc. - Prestamista	3.000.000,00
10 - 65 - Seg. Habit. Apól. Merc. - Demais Cobert.	3.000.000,00
11 - 01 - Seguro Agrícola sem cob. do FESR	2.500.000,00
11 - 02 - Seguro Agrícola com cob. do FESR	3.200.000,00
11 - 03 - Seguro Pecuário sem cob. do FESR	500.000,00
11 - 07 - Seguro Florestas sem cob. do FESR	2.500.000,00
11 - 30 - Seguro Benf. e Prod. Agropecuários	3.000.000,00
11 - 62 - Penhor Rural	3.000.000,00
11 - 98 - Seguro de Vida do Produtor Rural	5.000.000,00
13 - 29 - Funeral	1.100.000,00
13 - 81 - Acidentes Pessoais	3.000.000,00
13 - 84 - Doenças Graves ou Doença Terminal	200.000,00
13 - 90 - Eventos Aleatórios	800.000,00
13 - 91 - Vida	3.200.000,00
16 - 01 - Microseguros de Pessoas	24.000,00
22 - 93 - VIDA EFPC	3.200.000,00
<b>Total</b>	<b>65.124.000,00</b>

São Paulo, 05 de fevereiro de 2021.

**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU**  
Consultores Ltda.  
CNPJ 02.189.924/0001-03  
CIBA 45  
**João Batista da Costa Pinto**  
MIBA 944



**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Conselheiros e Diretores da **Brasilseg Companhia de Seguros**  
São Paulo - SP

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Brasilseg Companhia de Seguros ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasilseg Companhia de Seguros ("Companhia") em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta

estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos,

bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



**KPMG Auditores Independentes**  
CRC 2SP014428/O-6

São Paulo, 05 de Fevereiro de 2021.

**Fernando Antonio Rodrigues Alfredo**  
Contador - CRC 1SP252419/O-0

**DIRETORIA**

**Rodrigo Dias Martins Caraméz**  
Diretor Presidente

**Sidney Rodrigues**  
Diretor Vice-Presidente

**Adilson José Cardoso Pereira**  
**João Francisco Fruet Junior**

**Paulo Manuel Ferreira Leite Almeida**  
**Sérgio Wagner Marins Barbosa**

**CONTADORA**

**Simone Pieretti Gonçalves**  
CRC 1SP 183717/O-5

**ATUÁRIA**

**Adriana Nery Osassa Okada**  
MIBA 1031

**Seguro**  
**de**  
**pra**  
**vida**

**Feito pra quem ama a vida.**

Fique seguro. A gente está com você.

